
Contribuição para a sistematização do texto do regulamento do Marco Civil

Sugestão de inclusão, no regulamento do Marco Civil, da seguinte disposição: “Ordem judicial poderá determinar a discriminação ou a degradação de tráfego, com base em origem ou destino, sempre que referida medida for implementada com a finalidade de coibir o acesso a serviços que, no curso do processo judicial, forem considerados ilegais”

No curso do debate público conduzido pelo Ministério da Justiça com a finalidade de colher pautas relacionadas à regulamentação da Lei 12.965/2014, as três entidades ora reunidas – FNCP, MPA e UBV&G – além da ABPI – Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, apresentaram contribuições ao tópico de Neutralidade de Rede que ressaltaram a importância de inserir-se no regulamento em elaboração uma exceção à regra geral de neutralidade de rede que concedesse ao poder judiciário brasileiro a possibilidade de determinar aos provedores de conexão medidas técnicas de bloqueio, discriminação ou degradação de tráfego.

Como se depreende do conteúdo das contribuições submetidas por essas entidades, entende-se que a inclusão dessa possibilidade no regulamento do Marco Civil atende ao inciso I, §1o. do artigo 9o. da Lei 12.965/2014, na medida em que não se poderia considerar como adequada a prestação de serviços de internet que não dispusesse de mecanismos voltados à proteção de direitos na rede, aí incluídos não só aqueles que são objeto precípua da atuação das entidades opinantes – os direitos de propriedade intelectual – mas também tantos outros, como a proteção integral da criança e do adolescente e a proteção do consumidor.

Conforme esclarecido nas contribuições pretéritas, se a indisponibilização de serviços ilegais prestados a partir de provedores de hospedagem localizados em território brasileiro é bastante simples, uma vez que basta ao juiz determinar ao provedor de hospedagem brasileiro a retirada de conteúdos que violam direitos de qualquer gênero, o mesmo não se verifica para serviços ilegais hospedados para fora da jurisdição do Estado Brasileiro.

Como exemplo, um website que disponibiliza ilegalmente materiais protegidos por direitos autorais ou fotos de pornografia infantil e que se encontre hospedado em um servidor na Austrália, não cumprirá ordem do poder judiciário brasileiro salvo por meio de carta rogatória, o que evidentemente não representa uma solução adequada do ponto de vista do tempo necessário à sua implementação.

Em casos como o mencionado, a solução possível é determinar-se aos provedores brasileiros de conexão, que obedecem à jurisdição brasileira, que neguem tráfego ao destino que tenha sido considerado ilegal no curso do processo judicial. Desta forma, ainda que o hospedeiro estrangeiro não possa ser obrigado a apagar o conteúdo ilegal de seus servidores, o acesso a estes será prejudicado pela medida técnica implementada por provedores brasileiros de conexão.

É de se ressaltar que as medidas técnicas implementáveis a partir dessa exceção que, sugerimos, conste do regulamento do Marco Civil, são corriqueiramente determinadas pelo poder judiciário de países como Argentina, México, Chile, Colômbia, Reino Unido, Portugal e Espanha, entre diversos outros. No México, até mesmo o IMPI – Instituto Mexicano de la Propiedad Industrial pode fazê-lo administrativamente.

A inserção desta exceção no regulamento do Marco Civil coloca o país na corrente internacional que busca uma harmonização das práticas de governança da rede, objetivo que, de tão caro à nação brasileira, foi objeto da recente NetMundial promovida e realizada em nosso país.

As entidades signatárias da presente contribuição colocam-se à inteira disposição do Ministério da Justiça para esclarecer quaisquer questões, e igualmente para trabalhar em conjunto com o Ministério da Justiça na construção de um texto que atenda a essa premente necessidade.

Respeitosamente,

FNCP - Fórum Contra a Pirataria e a Ilegalidade
Edson Vismona

UBV&G – União Brasileira de Video & Games
Tania Lima

MPA – Motion Picture Association
Ricardo Castanheira